



Eunice Guimarães: Professora Negra no Curso de Matemática da Universidade Federal da Bahia (1950-1968)

Eunice Guimarães: Black Woman Professor in The Mathematics Program at The Universidade Federal da Bahia (1950-1968)

Damile Cerqueira Bertolo¹

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

bertoldodamile@gmail.com



Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1651856810966570>



Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-3982-0446>

Eliene Barbosa Lima²

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

eblima@uefs.br



Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8159944355847853>



Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6928-5217>

¹ Graduada em Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: bertoldodamile@gmail.com.

² Doutora em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)/Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Professora titular vinculada ao Departamento de Ciências Exatas da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana, Bahia, Brasil. Endereço para correspondência: Av. Transnordestina, s/n – Novo Horizonte - CEP: 44036-900, Feira de Santana, Bahia, Brasil. E-mail: eblima@uefs.br.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar a trajetória profissional de Eunice da Conceição Guimarães no curso de Matemática da Universidade Federal da Bahia (UFBA), a partir de um lugar social e pertencimento étnico-racial, entre 1950 e 1968. Tal delimitação temporal tem como início a década em que a personagem foi estudante da Faculdade de Filosofia da Bahia e, como término, o ano de criação do Instituto de Matemática da UFBA. No desenvolvimento desta pesquisa, foram feitas leituras sobre uma escrita histórica, em particular da história cultural (Barros, 2005). Discutiu-se acerca da construção dos papéis sociais de gênero, desde o final do século XVIII até meados do século XX (Rohden, 2001). Além disso, considerou-se o trabalho de Passos (1999), que aborda a mulher na Faculdade de Filosofia da Bahia no século XX, bem como a investigação de Dias (2002), que analisa a constituição do curso de Matemática desta Faculdade. A principal fonte histórica foi uma entrevista da Professora Eunice Guimarães, produzida em 2002, a qual foi interrogada com suporte no referido referencial teórico, e a partir de Souza (1990), que contribuiu para refletir a respeito da percepção de identidade racial da personagem naquele contexto, assim como as implicações de sua ascensão social mediante a docência no ensino superior.

Palavras-chave: Eunice Guimarães. Mulher negra. Matemática.

ABSTRACT

This research investigated the professional trajectory of Eunice da Conceição Guimarães in the Mathematics program at the Universidade Federal da Bahia (UFBA), focusing on her social position and ethnic-racial background between 1950 and 1968. The chosen timeframe begins with the decade in which Eunice Guimarães was a student at the Faculdade de Filosofia da Bahia and ends with the creation of the UFBA's Instituto de Matemática in 1968. The research was drawn on historical writing, especially cultural history (Barros, 2005) and explores the construction of social gender roles from the late 18th century to the mid-20th century (Rohden, 2001). It also considered Passos' work (1999) on women at the Faculdade de Filosofia da Bahia in the 20th century, and Dias' research (2002), on the establishment of the Mathematics program at this Faculty. The main historical source was a 2002 interview with Professor Eunice Guimarães, which was analyzed through the lens of the aforementioned theoretical frameworks, along with Souza's work (1990), which contributed a reflection on Eunice Guimarães' perception of racial identity in the context of her social mobility through higher education teaching.

Keywords: Eunice Guimarães. Black woman. Mathematics.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho³ foi investigar a trajetória profissional de Eunice da Conceição Guimarães na Universidade Federal da Bahia (UFBA⁴), a partir de um lugar social e pertencimento étnico-racial, no período entre 1950 e 1968. Tal delimitação temporal tem como início a década em que a nossa personagem foi estudante de Matemática na Faculdade de Filosofia da Bahia (FF) e, como término, o ano da promulgação da Reforma Universitária, sob a Lei n.º 5540, de 28 de novembro de 1968, que fixou a organização e o funcionamento do ensino superior brasileiro, bem como a sua articulação com as escolas de nível básico (Brasil, 1968). Uma de suas consequências acarretou a separação do antigo Instituto de Matemática e Física (IMF) e a criação do Instituto de Matemática (IM) – que passou a assumir a oferta do curso de Matemática – e do Instituto de Física (IF). Para esta investigação, tomamos como principal fonte histórica para análise uma entrevista⁵ da professora Eunice Guimarães, realizada em 2002.

Conforme Barros (2005, p.134), a fonte histórica pode assumir uma das seguintes funções: “[...] ou ela é o meio de acesso àqueles fatos históricos que o historiador deverá reconstruir e interpretar (fonte histórica = fonte de informações sobre o passado), ou ela mesma... é o próprio fato histórico”. O uso de testemunhos orais como fontes históricas constitui a chamada História Oral. Esta, por sua vez, “[...] remete a um dos caminhos metodológicos oferecidos pela História, e não a um enfoque, a um caminho teórico ou a um caminho temático” (Barros, 2005, p.133). Sendo assim, ao pesquisador compete delimitar os métodos e técnicas para a coleta dos depoimentos e, posteriormente, analisar os questionamentos e comparar as informações com outros materiais de apoio.

Para a nossa pesquisa, é necessário atentarmos para o fato de que a entrevista com a professora Eunice Guimarães foi realizada em outro momento de sua vida, em que ela já estava aposentada e lhe coube relembrar vivências e experiências da juventude. Considerando que

³ Realizado no âmbito do projeto de pesquisa “Tecendo o processo histórico de profissionalização docente, no âmbito da matemática, nos seus diferentes níveis de formação na Bahia, de 1925 a década de 1980”.

⁴ A Universidade da Bahia, criada pelo Decreto-Lei n.º 9155, de 08 de abril de 1946, como instituição de ensino superior dotada de autonomia administrativa (Brasil, 1946), recebeu tal intitulação até o ano de 1965, desde então é conhecida como Universidade Federal da Bahia.

⁵ Essa entrevista, não publicizada, foi realizada por André Luis Mattedi Dias e Lais Viena de Souza, no dia 06 de setembro de 2002, nas instalações do Instituto de Matemática da Universidade Federal da Bahia, na cidade de Salvador. Obtivemos o acesso a essa entrevista mediante autorização de um dos entrevistadores, isto é, André Luis Mattedi Dias, ex-orientador da segunda autora deste texto. Na época, ele conduzia o projeto de pesquisa “Profissionalização da Matemática na Bahia (1896-1968): localizando e analisando fontes de acervos pessoais (depoimentos, documentos, iconografia)”. Assim, aproveitamos para manifestarmos publicamente os nossos mais sinceros agradecimentos a este pesquisador pela autorização em fazermos uso dessa entrevista, resultando em um Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Matemática.

“[...] a memória é um fenômeno construído” (Pollak, 1992, p. 203), compreendendo fatores subjetivos, seletividade e esquecimento, constituída consciente ou inconscientemente. Na referida entrevista, Eunice Guimarães relatou suas memórias desde quando ainda morava em Cachoeira – cidade do Recôncavo da Bahia, a aproximadamente 117 quilômetros da capital Salvador –, até as suas vivências como estudante da FF na década de 1950 e, posteriormente, professora do curso de Matemática da UFBA. Tendo isso em vista, interrogamos essa fonte histórica a partir das ideias de Souza (1990), que nos ajudaram a refletir sobre a percepção de identidade racial da personagem naquele contexto e as implicações da ascensão social adquirida por ela mediante a formação acadêmica e exercício da docência no nível superior.

Segundo Souza (1990), a história da ascensão do negro teve início com o fim da escravidão – no Brasil, oficializada pela Lei n.º 3 353, de 13 de maio de 1888 (Brasil, 1888) – que, ao mesmo tempo em que instituiu uma nova organização da sociedade em que os negros não mais eram propriedade dos brancos, ainda perduravam os padrões de inferiorização e desumanização da população negra. Na tentativa de manter os, então, ex-escravizados no lugar de subordinação, marginalizados e excluídos do sistema político-econômico, elabora-se uma série de estereótipos negativos relativos à sua cor de pele e ao seu “comportamento”, justificando-os como inerentes à natureza do indivíduo negro (Souza, 1990).

Nesse contexto, a luta do povo negro por cidadania, ou seja, dignidade de acesso aos espaços públicos sociais, garantia de direitos políticos e inserção na estrutura capitalista representou, também, um confronto para se enquadrarem nos padrões de conduta considerados ideais pelo sistema racista, isto é, modos de agir, de falar, de vestir, de viver e conviver em sociedade próprios do branco. Isso visto que

[...] naquela sociedade, o cidadão era o branco, os serviços respeitáveis eram os “serviços de brancos”, ser bem tratado era ser tratado como o branco. Foi com a disposição básica de ser gente que o negro organizou-se para a ascensão, o que equivale dizer: foi com a principal determinação de assemelhar-se ao branco – ainda que tendo que deixar de ser negro – que o negro buscou, via ascensão social, tornar-se gente. (Souza, 1990, p.21, grifo do autor).

Para além desse referencial teórico-metodológico, no desenvolvimento desta pesquisa consideramos também os estudos de Rohden (2001) sobre as diferenças de gênero e os papéis sociais a serem desempenhados por homens e mulheres (final do século XVIII – início do século XIX). As mulheres eram descritas como funcionais apenas para servir e procriar, sendo obrigação da família educá-las e prepará-las para serem boas esposas, mães e donas de casa. Ademais, há o trabalho de Passos (1999) que aborda a mulher na FF durante o século XX, contemplando o contexto social da época, bem como a investigação de Dias (2002), que descreve e analisa a constituição do curso de Matemática nessa Faculdade.

Este trabalho foi estruturado em outras quatro seções, além desta introdução. A seguir, produzimos uma breve discussão sobre a construção do papel social da mulher; logo depois, apresentamos o contexto de criação do curso de Matemática da FF, contemplando algumas histórias de vida de mulheres que contribuíram para a sua constituição; em seguida, analisamos a trajetória profissional de Eunice Guimarães e, por fim, manifestamos nossas considerações diante da pesquisa elaborada.

1. A CONSTRUÇÃO DO PAPEL SOCIAL DA MULHER

Ao fim do século XVIII, percebia-se um movimento intenso de reafirmação das diferenças entre os sexos. De acordo com Rohden (2001), as publicações de médicos reforçavam as diferenças físicas dos corpos para justificar e definir quais papéis sociais deveriam ser desempenhados pelas mulheres e pelos homens. A feminilidade e a masculinidade eram resumidas ao sexo biológico, desconsiderando, portanto, influências culturais, religiosas e políticas. Os corpos eram diferenciados até mesmo pelos ossos, cérebro, músculos e pele, e o corpo feminino era definido como inferior ao masculino (Rohden, 2001).

As mulheres eram descritas como funcionais apenas para servir e procriar. Era obrigação da família educá-las e prepará-las para serem boas esposas, mães e donas de casa. Essa era a realidade das mulheres brancas, pois, enquanto elas “[...] eram designadas para o reino de sexualidade legítima e honrada, nos papéis de esposas e mães, mulheres africanas escravizadas, e depois as mulatas, eram associadas a práticas sexuais ilegítimas e desonrosas” (Caldwell, 2000, p.103). Qualquer mudança ou influência cultural, por exemplo da educação ou do trabalho, era vista como uma ameaça à permanência dessa estrutura de poder e desigualdades.

Já no século XIX, mudanças começaram a se fazer presente no comportamento de mulheres das classes dominantes da sociedade, quando elas passaram a desempenhar outras atividades além daquelas relacionadas ao cuidado e delimitadas pelo lar. Um dos fatores para isso foi a influência dos métodos contraceptivos que se popularizaram, ocasionando maior liberdade para ambos os sexos em relação ao próprio corpo. Por consequência, reivindicações por direitos, como o acesso ao trabalho fora de casa e à educação, tornaram-se uma ameaça à estrutura de poderes na sociedade (Rohden, 2001).

Diante disso, diversas áreas da ciência, como a biologia, a psicologia e a sociologia, tiveram influência no papel de reforçar a diferença sexual não apenas pelos corpos, bem como

pelas capacidades intelectuais. A mulher era vista como inferior ao homem por uma perspectiva evolutiva da espécie humana, na medida em que a evolução feminina teria sido abreviada aos órgãos reprodutivos, enquanto os homens teriam, naturalmente, evoluído à sua intelectualidade (Rohden, 2001).

Assim, ainda no século XIX, a ciência entendia que a evolução da espécie era hierárquica, e que todas as desigualdades eram fruto da natureza, o chamado fatalismo científico. Por isso, havia a concepção de que se precisava incentivar a reprodução apenas dos grupos tidos como superiores:

Programas eugênicos incentivariam a reprodução de indivíduos talentosos e bem dotados enquanto desencorajariam a reprodução dos indesejáveis. [...] Com base nessa concepção, elabora-se um esquema no qual o homem branco, civilizado, europeu representaria a maturidade evolutiva em contraste com a mulher, o negro, o primitivo, o não europeu. (Rohden, 2001, pp. 40-41)

Essa visão acerca das mulheres, começou a ganhar novos rumos a partir do século XX, que foi marcado por diversas guerras e conflitos políticos que abalaram as estruturas das sociedades em todo o mundo. Neste século, especificamente no Brasil da década de 1940, “[...] presenciava-se o início de um processo de mudança na identidade feminina, em particular, em relação ao seu compromisso social, levando-as a estendê-lo além dos muros das residências na prestação de um serviço social [...]” (Passos, 1999, p. 34).

Porém, ainda segundo Passos (1999, p.34), “[...] o fato de saírem às ruas, de romperem com o isolamento do espaço privado, de desejarem estudar mais, ultrapassarem o limiar do ensino médio, nem as fazia mudar os marcos de sua identidade, nem seus padrões identificatórios”. Contudo, não significou desistência em conquistar seus espaços. É nesse cenário, na Bahia, que a constituição do curso de Matemática da FF se mostra relevante.

2. O CURSO DE MATEMÁTICA DA FACULDADE DE FILOSOFIA DA BAHIA

Até o século XIX, a matemática não era reconhecida mundialmente como uma atividade científica profissional. Aqueles que tinham interesse nos estudos matemáticos eram profissionais de áreas diversas, como médicos, negociantes, militares, engenheiros ou arquitetos, e até mesmo padres, teólogos, políticos e advogados. Estes, conforme Lima (2006, p. 61, grifo do autor), “[...] enveredavam na área pelo gosto ou vocação extraordinária,

recebendo inicialmente na própria família, posteriormente em instituições acadêmicas ou não, uma formação científica paralela à sua formação profissional ‘oficial’”.

Em contrapartida, neste referido século também se encontrava um contexto de mudanças que afetaram toda a estrutura político-socioeconômica na Europa Ocidental, principalmente a respeito do movimento nacionalista motivado pela Revolução Francesa. Por isso, o papel que a ciência desempenhava, em geral, e especificamente na matemática, a relação dos matemáticos com a política também foi afetada. Como afirma Lima (2012, p.28), “[...] em especial os matemáticos italianos das mais longínquas e variadas regiões da Itália [...] começaram a estabelecer contatos uns com os outros, iniciando a articulação de uma comunidade científica de matemáticos que se entrelaçava com o campo político.” Assim, segundo a autora, a matemática era estabelecida como um profícuo campo de conhecimento científico por meio dessa relação entre a política e a ciência.

Na Grã-Bretanha, particularmente, a Revolução Industrial gerou mudanças que afetaram a sociedade local e, posteriormente, mundial. Estava presente no discurso daqueles que defendiam o progresso capitalista e as novas tecnologias, o desenvolvimento da ciência como fator indispensável. Portanto, tal interesse pelo ensino da ciência e da matemática motivou o desenvolvimento da profissionalização mediante a construção de novas instituições educacionais, dentre elas, a formação específica em Matemática.

Especificamente, no Brasil, essa realidade começou a ser configurada com a criação da Universidade de São Paulo (USP) e a sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), em 1934. A FFCL, de acordo com Lima (2006, p. 74), “[...] é considerada um marco para o início da transformação do ensino superior das ciências no Brasil”, bem como para uma formação específica do professor que iria atuar no ensino secundário⁶. Em particular, o sistema para os estudantes do curso de Matemática, que tinham o interesse no magistério secundário, era o chamado “esquema 3 + 1”, em que se concluíam primeiro o bacharelado e depois mais um ano de disciplinas pedagógicas nos Institutos de Educação.

Apesar de as mulheres serem maioria entre os estudantes matriculados na FFCL, entre 1939 e 1949 – 3368 mulheres e 2426 homens – o conjunto de discentes do curso de Matemática da FFCL caracterizava-se pela expressiva presença de homens em comparação ao número de mulheres. Dias (2002, p. 125) afirma:

De 1936 até 1952 licenciaram-se 85 matemáticos na FFCL-USP, sendo que 54 eram homens e 31 mulheres. Das 17 turmas que formaram entre 1936 e 1952, 11 tiveram maioria masculina e

⁶ Pós ensino primário (na atualidade, os cinco primeiros anos do Ensino Fundamental) e pré-universitário.

apenas 5 tiveram maioria feminina. Dos 09 professores assistentes que a seção de matemática teve entre 1934 e 1952, apenas uma era mulher, Elza Furtado Gomide, também a única a defender tese de doutoramento em matemática [...].

Na Bahia, o protagonismo na formação de professores para o ensino secundário foi da Faculdade de Filosofia, fundada em 1941, mediante ações de Isaías Alves de Almeida (1888-1968), professor, especialista e teórico da educação brasileira. Na FF, os cursos ofertados foram os seguintes: Filosofia, Matemática, Geografia e História, Ciências Sociais, Letras Clássicas, Letras Neo-Latinas, Letras Anglo-Germânicas e Pedagogia (Calmon, 1980).

Em 1945, formou-se a primeira turma de bacharéis do curso de Matemática, o qual, ao longo dos anos, seguiu formado por um corpo discente majoritariamente feminino, portanto, um movimento diverso do que ocorria na FFCL. Dias (2002) conta que, entre 1945 e 1968, quando o curso de Matemática deixou de ser responsabilidade da FF, as mulheres representavam maioria entre os seus estudantes, isto é, dentre 118 licenciados e bacharéis, 70% eram mulheres e 30% homens. Deste total, 74% eram pessoas brancas (Menezes, 2015). Ainda, as ex-alunas do curso também ocupavam a maioria do cargo de professoras assistentes do Departamento de Matemática da FF. Posto isso, podemos nos perguntar: por quais razões o curso de Matemática da FF foi configurado predominantemente por mulheres?

O ambiente da matemática do ensino superior está carregado de uma série de estereótipos de gênero, já que existe o imaginário social de que este seria um curso destinado ao público masculino, em sua maioria. Isso, conforme Dias (2002), devido ao fator social dos papéis de gênero que buscam reduzir a participação feminina nas universidades às áreas reconhecidas pelas funções de cuidar e de servir, como os cursos da área de saúde, de ciências humanas, e de educação, principalmente, o curso de pedagogia.

Dentre as razões para isso, desde muito cedo, ainda no ensino fundamental, “[...] as meninas já manifestam menor habilidade para a matemática que os meninos, em decorrência dos processos de socialização onde estão ausentes modelos apropriados para serem adotados pelas meninas” (Dias, 2002, p.127). Ou seja, as meninas não eram motivadas pela família tampouco pela escola, para estudar Matemática ou assuntos dessa área, implicando em uma relação um tanto quanto conflituosa com a disciplina, devido à leitura de que essa disciplina não seria “útil” para elas.

Dias (2002) afirma que, por consequência desses fatores sociais, a matemática nem sempre representou uma parte importante na vida das mulheres da FF. Assim, quando passaram a escolher o curso de Matemática, não o faziam somente porque queriam, mas também porque significava uma oportunidade de obter uma profissão por meio dos estudos. Em outros termos,

isso representava uma chance de ascensão social para mulheres de classes não abastadas, caso da nossa personagem e, principalmente, autonomia financeira em relação à família para as mais ricas. Em nossa interpretação, apesar de terem sido influenciadas por diferentes fatores, em geral, as mulheres da FF, fossem brancas, negras, ricas, pobres, influentes ou não, todas desejavam ser protagonistas de sua própria história.

No entanto, o fato de as mulheres formarem maioria na FF não necessariamente significou uma grande transformação das relações de gênero no corpo docente e discente da faculdade. Passos (1999) argumenta que se seguia o mesmo padrão estabelecido pela sociedade baiana, pois, ainda que a faculdade fosse um espaço público para ambos os sexos, já era esperado para os estudantes que fosse mantida a estrutura de modo a conservar a lógica sexista já construída. Ainda conforme Passos (1999, p. 138), “Apesar de serem a maioria na faculdade, as mulheres (alunas) [...] não ocupavam os postos de mando e de poder de decisão; preenchiam as platéias como ouvintes e quase nunca como conferencistas ou oradoras [...]”, dessa forma, sendo mantidas nos bastidores, no lugar de auxiliares dos homens.

Diante dessa breve apresentação do curso de Matemática da FF e da constituição de seu corpo discente, em sua maioria feminino, focamos a nossa atenção em Eunice Guimarães, personalidade integrante da história desse curso e que, além de ser mulher, é negra.

3. EUNICE GUIMARÃES

Eunice da Conceição Guimarães nasceu em 1936, na cidade de Cachoeira, localizada no Recôncavo da Bahia. Mulher negra, filha de Plácido Ferreira de Guimarães, funcionário público federal da Rede Ferroviária e vereador em Cachoeira, e Francisca Conceição Guimarães, dona de casa. Eunice é a sexta de sete irmãos, sendo quatro homens e três mulheres.

Em sua cidade natal só existia o curso pedagógico para formar professores primários, mas essa não era a sua aspiração porque, em suas palavras, “[...] achava que seria impossível ser independente financeiramente como professora primária. Então, convenci meu pai a vir estudar em Salvador. Ele não queria porque eu tinha três irmãos que estudavam aqui em Salvador” (Guimarães, 2002, p.1). Com isso, seu pai comprou uma casa na Rua Castro Neves, bairro de Brotas, em Salvador, onde a esposa e seus filhos passaram a morar.

Podemos concluir, portanto, que a família de Eunice Guimarães possuía uma condição financeira que lhe proporcionou oportunidades de realizar seu sonho na capital. Isso é

importante pelo fato de que, para o período, isto é, década de 1950, uma família com as caracterizações da nossa personagem mudar-se para Salvador significava quebrar as limitações impostas pela sociedade racista.

Isso representou um marco inicial em sua trajetória profissional. Fez o curso científico de 1954 a 1956 na Escola Normal da Bahia⁷, estando também matriculada no curso pedagógico que era desejo de seu pai. Curiosamente, Eunice Guimarães (2002) explicou que não assistiu a nenhuma aula do curso pedagógico, já que não era o que queria. Seu pai só descobriu quando ela já estava no terceiro ano do curso científico.

Após concluir o científico, Eunice Guimarães não tinha um plano de para qual curso prestaria o vestibular. Como não sabia o que queria, chegou a fazer teste vocacional, mas isso não a ajudou. Até pensou em fazer Engenharia Civil, mas afirmou que não tinha habilidade para o desenho técnico. Por sempre ter sido uma boa aluna em Matemática desde a infância, também por influência de seu irmão Edvaldo Guimarães, ela escolheu prestar vestibular para Matemática com o intuito de obter uma formação em nível superior e, assim, atuar como uma profissional nessa área. Ainda como estudante de Matemática na FF, de 1956 a 1960, ela foi estagiária (com remuneração), substituindo o professor Luiz de Moura Bastos (1903-1988), engenheiro civil e catedrático da FF, no Colégio Central da Bahia até concluir o curso.

Eunice Guimarães declarou que seu interesse principal sempre fora obter a independência financeira. Não se preocupava em casar e ter filhos, contrariamente ao padrão social da época. Porém, seu discurso reforçando uma perspectiva que priorizava outras aspirações para sua vida, como a própria trajetória profissional e seu desejo de viajar e conhecer lugares, não necessariamente significava que ela, na juventude, não desejasse o casamento. Isso porque, como pontuamos anteriormente, a memória é seletiva. Mais além, “A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória” (Pollak, 1992, p. 204).

Sendo assim, ao analisarmos a entrevista da professora Eunice Guimarães, perguntamos: quais fatores determinaram as suas escolhas para construir tal narrativa sobre si mesma? Suas declarações parecem evidenciar um entendimento sobre sua vida como algo linear, apresentando-se como uma mulher que sempre teve a mesma consciência. Contudo, a

⁷ A Escola Normal da Bahia foi criada pela Lei n.º 37 no ano de 1836, mas suas atividades iniciaram apenas em 1842. Desde 1968, passou a ser o Instituto Central de Educação Isaías Alves e está localizado até os dias atuais no bairro do Barbalho, Salvador-BA (Lemos, 2011).

identidade de cada indivíduo está sujeita a mudanças e transformações. Ninguém é o mesmo durante toda a vida ou carrega os mesmos interesses.

Ainda que reconheçamos esses fatores, o fato é que, em 1964, ela se tornou professora assistente no IMF, quando tinha apenas 28 anos de idade. No período de 1969 a 1970, Eunice Guimarães e Neide Clotilde Pinho e Souza, que também atuou como professora assistente na FF, tiveram uma experiência de estágio como bolsistas na Bélgica, onde cursaram Análise Vetorial e Álgebra Linear com o professor Georges Papy (1920-2011), matemático e docente da Universidade de Bruxelas. Ao lembrar essa época, afirmou que, apesar da língua parecer um obstáculo, isso não atrapalhou os seus estudos nem o contato com os professores. Inclusive, ministrou uma aula em francês no final do estágio.

Durante sua estadia na Europa, Eunice Guimarães explicou que não enfrentou dificuldades relacionadas ao preconceito racial. Em suas palavras, declarou: “Pela cor? Não, na Bélgica não dava problema por isso [...] Para todo lugar que eu ia, tinha muito preto estudante. [...]. No centro do Papy mesmo tinha, não era somente eu não. Tinha mais ou menos uns quatro” (Guimarães, 2002, p. 17).

Na concepção dela, algumas características da sua família se destacavam de tal maneira que a questão racial ficava em segundo plano, o que mascarava, de certa forma, a discriminação pelo tipo de tratamento que ela recebia ainda em sua cidade natal:

No ginásio e no curso primário, nós [Eunice e seus irmãos] éramos bons alunos. Eu sempre fui uma das primeiras, então isso aí dá pra disfarçar e não sentir uma rejeição. Eu acho, na minha opinião, analisando, foi por isso que não houve racismo, ninguém nunca fez nada. Nós tínhamos um clube em Cachoeira, [...] o clube principal de lá do pessoal da elite, nós frequentamos, e eu era muito bem aceita. (Guimarães, 2002, p. 16)

Posteriormente, no contexto de Salvador, ela reforçou essa mesma ideia do bom tratamento social justificado pelo seu destaque acadêmico: “[...] na Faculdade também, e Instituto de Matemática, eu não percebi nada. [...] depois que eu comecei a pensar em racismo, fui analisar por que eu não tinha visto essas coisas, que eu sei que existiam” (Guimarães, 2002, p. 16).

O fato de Eunice Guimarães ter alcançado um nível de ascensão social como professora universitária também teve influência no tratamento que ela recebia, porém, caso não a conhecessem, o preconceito se mantinha, mesmo que velado. “Eu fui aceita porque as pessoas sabiam quem eu era, então não tinha por que não aceitar. Com certeza chegando num lugar que ninguém me conhece, chegando num prédio, me mandam para o elevador de serviço [...]” (Guimarães, 2002, p. 17). Infelizmente, essa é uma realidade que ainda persiste na atualidade.

A população negra continua sendo rotulada, categorizada pelos tons de pele e tipos de cabelo. Continua sendo alvo de preconceito, independentemente de sua profissão ou cargo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar a trajetória de Eunice da Conceição Guimarães no curso de Matemática da UFBA, como estudante e professora, no período entre 1950 e 1968, a partir de reflexões sobre questões raciais e de gênero. Para alcançar esse objetivo, utilizamos como fonte histórica principal uma entrevista da professora Eunice Guimarães, concedida a André Luis Mattedi Dias e Lais Viena de Souza, em 2002.

Nossa análise dessa fonte foi sustentada nas ideias apresentadas no livro *Tonar-se Negro*, de Neusa Santos Souza, publicado em 1990, o qual estabelece uma discussão fundamental relativamente às transformações da identidade racial do negro brasileiro em ascensão social, e, conseqüentemente, as implicações em seu tratamento social, no caso da nossa personagem, mediante docência no ensino superior. O relato de Eunice Guimarães evidenciou como o preconceito racial ficou em segundo plano, todavia continuava existindo, independentemente de sua posição social como professora universitária na capital baiana.

Este estudo proporcionou a realização de discussões acerca de temas que, na nossa compreensão, ainda precisam ser mais visibilizados para a sociedade. Há de haver problematizações abordando diferenças de gênero e raça no ambiente da matemática do ensino superior, por exemplo, em investigações sobre a influência da representatividade racial no percurso profissional de egressas/licenciandas negras em cursos de Matemática.

REFERÊNCIAS

- Barros, J. D'A. (2005). *O campo da história: especialidades e abordagens* (3 ed.). Vozes.
- Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888. (1888). Declara extinta a escravidão no Brasil. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm.
- Lei n. 9.155, de 08 de abril de 1946. (1946). Cria a Universidade da Bahia e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del9155.htm.
- Lei n. 5540, de 28 de novembro de 1968. (1968). Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm

- Caldwell, K. L. (2000). Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas*. http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2000000200007&lng=en&nrm=iso.
- Calmon, J. (1980). Os 35 anos (1941-1976) da Faculdade de Filosofia. *Revista das Ciências Humanas*, 1, 7-18.
- Dias, A. L. M. (2002). *Engenheiros, mulheres, matemáticos: interesses e disputas na profissionalização da matemática na Bahia (1896-1968)*. (Tese de Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-09062002-091012/>
- Guimarães, E. da C. (2002, setembro). *Entrevista: Eunice da Conceição Guimarães*. Entrevista concedida a André Luís Mattedi Dias e Lais Viena de Souza.
- Lemos, G. L. R. (2011). A escola normal na Bahia e a educação feminina. In *Anais da 10ª Jornada HISTEDBR: história, sociedade e educação no Brasil: história da educação: intelectuais, memória e política* (pp.1-15). Vitória da Conquista: UESB.
- Lima, E. B. (2006). *Dos infinitésimos aos limites: a contribuição de Omar Catunda para a modernização da análise matemática no Brasil*. (Dissertação de Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências). Instituto de Física, UFBA-UEFS, Salvador, 2006.
- Lima, E. B. (2012). *Matemática e Matemáticos na Universidade de São Paulo: italianos, brasileiros e bourbakistas (1934-1958)*. (Tese de Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências). Universidade Federal da Bahia, Bahia.
- Menezes, M. B. de. (2015). *A matemática das mulheres: as marcas de gênero na trajetória profissional das professoras fundadoras do Instituto de Matemática e Física da Universidade da Bahia. (1941-1980)*. (Tese de Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Universidade Federal da Bahia, Bahia.
- Passos, E. S. (1999). *Palco e platéias: as representações de gênero na Faculdade de Filosofia*. NEIM / FFCH / UFBA.
- Pollak, M. (1992, jul.). Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, 5(10), 200-212. <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941>. Acesso em: 13 abr. 2024.
- Rohden, F. (2001). *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher* (2 ed.). Editora FIOCRUZ. <http://books.scielo.org/id/8m665>.
- Souza, N. S. (1990). *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social* (2 ed.). Edições Graal.